

A MULHER NA INCONFIDÊNCIA (MINAS GERAIS – 1789)

Liana Maria Reis

Professora do Departamento de História da PUC-MG

RESUMO

O objetivo deste estudo é resgatar a participação da mulher na Inconfidência Mineira (1789), através da análise dos "Autos de Devassa".

ABSTRACT

The objective of this study is to recover woman's participation in Inconfidência Mineira (1789), through analysis of the document "Autos de Devassa".

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante de um amplo projeto que visa resgatar a mulher enquanto sujeito histórico, na sociedade mineira colonial do século XVIII: sua inserção nas diversas atividades econômicas, nos movimentos políticos, na estrutura familiar e demais níveis da dinâmica social, bem como as formas utilizadas para fugir à dominação masculina.¹

Pretendemos aqui, tecer algumas considerações sobre a participação da mulher na Conjuração Mineira através da análise dos "Autos de Devassa".² Embora em pequeno número diante da grande massa de informações, os dados são relevantes pois mostram que a mulher branca livre, assim como a forra e a escrava estiveram de alguma forma presentes no movimento. É o que pretendemos mostrar.

É oportuno lembrar que, como quaisquer outros documentos, os Autos não podem ser considerados como uma fonte isenta, na medida em que sendo interrogatórios policiais visavam um fim bem definido, podendo as respostas de réus e testemunhas terem sido induzidas (inclusive com o uso da força); contudo, constituem importante fonte de pesquisa, fornecendo informações relevantes sobre muitos aspectos daquela realidade.

1. Os primeiros resultados deste projeto foram publicados na Revista do Departamento de História – Fatch-UFMG, nº 8. Este artigo contém uma revisão bibliográfica e levanta algumas questões sobre as "negras de tabuleiro", escravas e forras nas Minas do século do ouro.

2. Inquérito Instaurado pelas autoridades coloniais para atribuição de responsabilidades pelo movimento. Os "Autos de Devassa" são em número de 10 volumes, dos quais o primeiro foi publicado em 1976, e o último em 1983. Serão identificados pela sigla ADIM, segundo o volume e do número da página.

3. Sobre mulheres escravas e forras em Minas (século XVIII) ver: Figueiredo, Luciano R. de A. e Magaldi, Ana M. B. de Mello - "Quitandas e quitutes" (1985); Reis, Liana Maria - "Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais..."

Outros estudos, embora não tratem especificamente do tema, fazem importantes referências sobre a mulher em Minas. Destacamos as obras "História Antiga de Minas Gerais", de Diogo de Vasconcelos, "A Idade de Ouro do Brasil" de Charles Boxer, "Desclassificados do Ouro", de Laura de Mello e Souza e "Uma Negação da Ordem Escravista" de Carlos Magno Guimarães. Sobre a mulher no Brasil, ver os trabalhos: "Mulher e Escravidão", de Sônia Maria Giacomini, "Submissão e Resistência", de Maria Lúcia de Barros Mott e "A Mulher na História do Brasil", de Mary Del Priore.

4. A propósito da percepção pelos historiadores da mulher escrava "como um membro e mais da imensa família patriarcal" e "ponte entre duas raças", afirma Sônia Giacomini: "na realidade, tem ocorrido um 'duplo silêncio'. Ao silêncio sobre as mulheres em geral (a história é masculina) soma-se o silêncio sobre as classes dominadas (a história é a história das classes dominantes)". Mulher e escrava... p. 19.

5. Figueiredo, L. R. de A. e Magaldi, A. M. B. de M. op. cit. p. 51.

6. Giacomini, S. M. op. cit. p. 17.

7. Pelo levantamento do bibliógrafo Hélio Grevatá, até 1976 havia 1093 títulos entre artigos, livros e biografias sobre a Inconfidência. Revista do Arquivo Público Mineiro, 29 (1978): 15-267.

8. Maxwell, Keneth. A Devessa da Devassa... pág. 151-152. Merecem citação também Resende, M. E. L. de Inconfidência Mineira, pág. 47; Jardim M. Síntese factual da... pág. 6; Iglésias, F. "A Inconfidência redescoberta" p. 8.

9. Resende, M. E. L. de. op. cit. p. 47.

Na historiografia mineira podemos perceber a quase inexistência de estudos específicos sobre a mulher, que na maioria das vezes é citada por mero acaso, salvo algumas raras exceções.³ Esta ausência pode ser explicada pela manutenção da dominação do homem sobre a mulher em nossa sociedade, dominação essa que é incorporada pela historiografia reforçando o patriarcalismo da escravidão brasileira onde é ressaltada a eterna submissão da mulher como esposa, filha, amante e propriedade.⁴ Portanto, a importância do estudo se impõe na medida em que as lutas atuais da mulher pela conquista de seus direitos como trabalhadora e cidadã, vêm revelando e

*"exigindo uma revisão da história de sua presença e atuação na formação social brasileira. Somente assim, com a elaboração de um contra-ponto se poderá criar condições de superar tantos estereótipos e limitar as generalizações formuladas a partir daquela imagem de eterna submissão da mulher na história".*⁵

A MULHER E A CONJURAÇÃO MINEIRA

É sabido que a Conjuração Mineira, abortada antes de sua deflagração, foi um movimento de elite idealizado pelos "poderosos" da capitania: advogados, poetas, juizes, militares, religiosos, proprietários de fazendas, terras minerais e escravos.

Cabe perguntar: qual teria sido a participação das mulheres (fossem brancas livres, escravas ou forras) naquele movimento? Teriam participado da articulação política ou apenas estariam inseridas por laços afetivos familiares ou por imposição da sua condição de escrava?

Cumpre frisar que "não existe a 'mulher' geral e abstrata, mas mulheres concretas, inseridas em classes sociais historicamente determinadas".⁶ Se as mulheres na sociedade mineira colonial eram oprimidas, o grau desta opressão variava de acordo com a classe social à qual pertenciam e dependia do nível de consciência de cada uma e da natureza de suas relações com os homens.

Não visamos neste trabalho uma revisão historiográfica exaustiva, mas verificar como o tema vem sendo tratado nos estudos mais recentes sobre a inconfidência mineira.⁷

Um dado comum nesses estudos é a referência a uma das propostas do plano dos conjurados: "as mulheres que gerassem determinado número de filhos receberiam um prêmio pago pelo Estado".⁸

Observamos que no programa dos inconfidentes, apenas nesta proposta é feita referência específica à mulher, o que demonstra o caráter patriarcal da sociedade onde a mulher entra apenas como reprodutora biológica.

Para a autora de "Inconfidência Mineira", "o incremento da natalidade é pensado como forma de equilibrar a população, tendo em vista a superioridade numérica, dos negros e o grande número de portugueses".⁹ Entendemos que tal medida visava manter a capitania independente da importação de escravos garantindo a mão-de-obra indispensável para o desenvolvimento econômico da região (um dos objetivos dos inconfidentes). Ao que tudo indica este prêmio seria dado a todas as mulheres. Cabe a pergunta: po-

deria este prêmio ser interpretado como uma forma encontrada pelos conjurados de angariar apoio das mulheres das classes menos favorecidas à conspiração. A propósito, no interrogatório do padre Lufs Vieira, este teria dito que Tiradentes "*andava por Vila Rica por casa de várias meretrizes a prometer prêmios para o futuro quando se formasse uma república*".¹⁰

A prostituição era uma atividade muito comum na sociedade mineira onde "as prostitutas pulularam por todo o período em que durou a atividade mineradora".¹¹ Se num primeiro momento a desproporção entre homens e mulheres foi fator de incentivo à prostituição, num momento posterior não diminuiu o número de mulheres que se viam forçadas por uma sociedade desigual e discriminadora, a se dedicarem a esta atividade. Havia tanto prostitutas brancas (solteira e mesmo casadas, "as semi-prostitutas"), quanto negras e mulatas, escravas e forras, constituindo tal atividade, fonte de renda para elas, para os maridos, os senhores e mesmo para as mães.¹² As idéias dos inconfidentes chegaram até as casas de alcouce de Vila Rica através do alferes Tiradentes¹³, o que nos permite concluir que algumas prostitutas, embora não tivessem participado diretamente do movimento, possam dele ter tomado conhecimento e talvez até o divulgado. Ainda considerando a discriminação e irrelevância das meretrizes dentro daquela sociedade, é interessante notar a observação pejorativa feita na carta de denúncia de Basílio de Brito Malheiro, referindo-se à Inconfidência como um movimento inexpressivo: "só se for levante de putas".¹⁴

De forma geral quando a mulher é lembrada na Inconfidência, surge a imagem da musa inspiradora de poetas: Maria Dorotéia "era objeto de atenções poético-amorosas do ouvidor Gonzaga".¹⁵ Maria Joaquina Anselma de Figueiredo, primeira paixão e amante de Gonzaga foi o seu "amor (...) roubado" pelo governador da capitania Lufs da Cunha Meneses (o "Fanfarrão Minésio") alvo de críticas do dito poeta, autor das famosas Cartas Chilenas.¹⁶ A expressão "roubado" denota a subestimação da mulher em sua vontade sendo comparada a um objeto.

Num relato nos Autos de Devassa a mulher aparece como objeto causador de desavença: dona Ana, filha do doutor Melo, por ter sido dada em casamento ao tenente-coronel Francisco José Alves, provoca violenta reação de Alves de Magalhães que "muito apaixonado, praticando vários excessos que foram a causa da morte do dito doutor Melo".¹⁷ Noutros depoimentos aparece ainda utilizada ora como pagamento num suborno¹⁸, ora sendo vítima de violência sexual – como é o caso de "Narcisa de tal" por alcunha "a Cutia", uma das vítimas de estupro do soldado Domingos Pereira Guedes de Vila Rica que "trouxe toda esta vila inquieta com revoltarias: já forçando mulheres, e já fazendo os mais insultos desatinos".¹⁹ Ou o caso de defloramento da irmã do tenente-coronel Simão Pires Sardinha, filha de Francisca da Silva (Chica da Silva) pelo inconfidente padre Rolim, seu tio de criação.²⁰ Esta imagem da mulher objeto, desprovida de vontade própria e submissa ao domínio do homem, percebida em vários estudos, reflete aquela situação vivida, por ela, na sociedade mineira colonial.

Nossa proposta consiste em perceber a mulher sob outro prisma: tentar resgatar as formas de sua participação no contexto de articulação da Conjuração, seja através de relações afetivas e familiares com os inconfidentes, seja através de sua atuação

10. ADIM, II, 147.

11. SOUZA, L. de M. e. Desclassificados . . . p. 180.

12. Idem, p. 180 a 185.

13. ADIM, II, 147.

14. ADIM, I, 98.

15. Maxwell, K, op. cit, p. 123.

16. ADIM, III, 407 - nota de Tarquínio J. B. da Oliveira.

17. ADIM, III, 412.

18. ADIM, III, 252. O caso é de um pai que além de oferecer a filha, promete uma roça e 50 oitavas de ouro.

19. ADIM, II, p. 391-2.

20. Carta-denúncia de Silvério dos Reis – ADIM, IV, 48.

21. Segundo os cálculos do caixeiro de João Rodrigues Macedo, Vicente Vieira Mota; caberia o pagamento de oito oitavas (de ouro), por cabeça, anualmente. ADIM, II, 80.

22. A entrada de Joaquim Silvério dos Reis (autor da primeira carta-denúncia) no movimento se deveu ao fato de que este "vendendo-se perdido, e que não tinha com que pagar à Real Fazenda o que lhe devia do Contrato das Entradas, viera convidar S. M. Luis Vaz de Toledo (Piza) para uma sublevação nesta Capitania". ADIM, IV, 128.

23. Pela relação de bens confiscados verificamos uma grande quantidade de escravos e escravas, embora numericamente aqueles superassem estas. ADIM, VI.

24. Depoimento de Francisco A. de O. Lopes (15/06/1789) - ADIM, II, 46.

25. Maxwell, Kenneth op. cit. p. 141 a 167.

26. Resende, Maria Efigênia Lage de. op. cit. p. 44. O grifo é nosso.

27. Idem, ibidem.

28. ADIM, I, 185 / 186. Os grifos são nossos.

29. ADIM, I, 187.

30. ADIM, I, 188. Simplícia de Moura também se refere àquela promessa.

mais consciente em defesa de seus próprios interesses; ambas delimitadas também por sua posição de classe.

Em Vila Rica no ano de 1788, sob a ameaça da derrama²¹ e cobrança das enormes dívidas dos contratadores²², pelo então governador Visconde de Barbacena, os coloniais mais diretamente prejudicados com a efetivação de tais cobranças - proprietários escravistas²³, fazendeiros, comerciantes, mineradores, banqueiros, muitos dos quais pertencentes à intelectualidade mineira (poetas, juízes, advogados, romancistas, etc.) - resolveram colocar em prática um plano que vinha sendo idealizado "havia oito anos"²⁴, constituído de várias propostas, tendo como principal objetivo a ruptura definitiva com a Metrópole. Este rompimento seria a forma encontrada pelos "cabeças poderosas" de resguardar seus bens e propriedades, mantendo o monopólio do excedente produzido internamente (na capitania) e a oportunidade de se implantar uma forma republicana de governo.

N' *A Devassa da Devassa*, Maxwell divide estes indivíduos em três grandes grupos: os ativistas, os ideólogos e os contratadores, mostrando suas motivações pessoais para entrar no movimento.²⁵

Maria Efigênia Lage de Resende acredita que além destes três grupos, haveria um quarto, a "retaguarda", integrado por

*"pessoas de todos os níveis sociais, brancos e pardos, dedicados a atividades diversas (soldados, padres, fazendeiros, bacharéis, costureiras, alfaiates, estalajadeiros), que sabiam das idéias do levante . . ."*²⁶

Este grupo, prossegue a autora, *"seria a força capaz de dar viabilidade ao movimento, através de uma sublevação generalizada"*.²⁷ As costureiras a que se refere a autora provavelmente são três testemunhas: Simplícia Maria de Moura (21 anos), Caetana Francisca de Moura (20 anos) e Ana Maria Silva (40 anos), mãe das duas primeiras, todas moradoras em Vila Rica e que viviam *"de sua costura"*. A primeira admite já ter conhecimento do levante:

"disse saber por ouvir dizer publicamente, depois das prisões que se fizeram, no Rio de Janeiro ao Alferes Joaquim José e Coronel Joaquim Silvério, assim como nesta Vila ao Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, e no Rio das Mortes ao vigário de São José, e ao Coronel Inácio José de Alvarenga, que se pretendia fazer nestas Minas um levante, sendo que andava falando nisso o sobredito Alferes, por alcunha de Tiradentes".²⁸

A segunda, embora afirmasse ignorar o conteúdo do Auto, lembrou a promessa feita pelo alferes Tiradentes a sua mãe que lhe pedira um favor de "sentar praça a um seu filho por nome Serafim Gonçalves", ao que "o dito Alferes lhe responde, pondo-lhe a mão no ombro: 'Deixe estar minha camarada, que ninguém há de sentar praça a seu filho, senão eu'".²⁹ O depoimento de Ana Maria Silva confirma o pedido e a promessa citados e demonstra que ela sabia das prisões e da causa pela qual elas se realizaram. Acrescenta ainda que o alferes Tiradentes aspirava enriquecer através de negócios no Rio e "que depois se considerava o homem mais feliz do mundo, e que também ainda havia de fazer a sua terra feliz".³⁰

Provavelmente outras pessoas assim como estas, ainda que em troca de pequenos favores, poderiam auxiliar de alguma forma

os conjurados durante o desenrolar do levante ou mesmo posteriormente. Lembramos um dos depoimentos do Alferes Tiradentes no qual informou que havia pedido à viúva "Inácia de Tal, que morava ao pé da Igreja da Mãe dos Homens" no Rio de Janeiro, que o escondesse:

"porém que esta o não recolhera em sua casa, por ser viúva, porém que por sua conta tornou a falar ao dito Domingos Fernandes, que o recolheu; *que a razão que teve para se valer da dita Inácia, foi por lhe ter curado uma filha de uma moléstia, que teve em um pé, por ter alguma inteligência de curativo, e julgando que ela estaria obrigada por este motivo, foi a razão porque se valeu dela; e a causa que lhe assinou para querer esconder-se, foi por se ter feito uma morte em Minas, na qual entendia que estava culpado, e que por este motivo o queriam prender*";³¹

31. ADIM, V, 50. Os gritos são nossos.

Citamos também as mulheres de quem eram credores alguns inconfidentes, como D. Teresa Maria de Jesús e Souza, Ana Rodrigues de Lira e Antônia Maria de Jesús, devedoras de Pe. Rolim; a preta Ana da Silva e uma crioula, devedoras de Domingos de Abreu Vieira; Maria Antônia e a preta forra Margarida Teixeira, devedoras de Francisco Antônio de Oliveira Lopes.³² O fato de terem contraído dívidas junto a conjurados poderia tê-las forçado a retribuir o favor recebido? Talvez, fosse mais interessante que suas dívidas fossem negociadas com seus credores e não executadas pela Coroa (através de confisco). Ressaltamos aqui o caso da amante de Tiradentes, Antônia Maria do Espírito Santo, que em 1789 entrou com petição na justiça em Vila Rica para conseguir a propriedade de uma escrava e suas crias confiscadas do Alferes pela Coroa, alegando que era

32. ADIM, VI, 118 / 121; VI, 130 e VI, 155 / 157, respectivamente.

"filha órfã que ficou do falecido Antônio da Silva Paes, que estando ela, suplicante, em casa da viúva sua Mãe, Maria Josefa, a entrou a aliciar o Alferes Joaquim José da Silva Xavier com promessas de casamento, debaixo das quais lhe roubou a sua pudicícia, havendo dela uma filha, que existe, por nome Joaquina, chegando a tanto excesso o ardor das suas paixões que violentamente tirou a suplicante da casa de sua Mãe para a sua companhia.

No tempo desta aliciação, deu o dito Alferes à mesma suplicante uma escrava por nome Maria, da nação angola, a qual, em poder da suplicante, concebeu e pariu um menino por nome Jerônimo, pardo fusco ou cabra, e agora de próximo, outra cria parda por nome Francisca; porém, sucedendo prender-se o dito Alferes Joaquim José da Silva Xavier na cidade do Rio de Janeiro, por culpa que dizem cometera, se fez seqüestro em todos os seus bens, nos quais foi também incluída a referida escrava com seus filhos, dando-se a eles, por depositário, Luís Antônio de Barros, o que deu causa a requerer a Suplicante ao Ilmo. e Exmo. Governador desta Capitania para se lhe restituir a dita escrava juntamente com as crias".³³

33. ADIM, XIX, 45. Numa das viagens de Tiradentes ao Rio de Janeiro, este deixara a dita escrava por companhia e ama de sua filha Joaquina, "cujo padrinho foi Domingos de Abreu Vieira, futuro Inconfidente". Ao regressar em 26 de agosto de 1788, considerou o vínculo amoroso desfeito devolvendo Antônia à sua mãe pois ela havia "prevaticado", assegurando contudo, a subsistência da filha ao confiar a seu colega, cadete José Pereira de Almeida Beltrão, 200\$000 rs. destinados ao sustento de Joaquina (José Pereira vivia com a irmã mais velha de Antônia). ADIM, III, 346 - nota de Tarquínio de Oliveira.

Porém a sentença datada de 18 de maio de 1790, não lhe dá ganho de causa, uma vez que juridicamente a escrava assim como seus filhos pertenciam a Tiradentes.³⁴

34. ADIM, XIX, 57.

Algumas mulheres das classes dominadas como forras e escravas, são citadas por manterem ligações afetivas e familiares com os inconfidentes ou como testemunhas por terem conhecimento de suas idéias. Assim, aparece a escrava e amante de Cláudio Manoel da Costa, que com ele teve um relacionamento por mais de trinta anos e vários filhos.³⁵ Também é o caso de Chica da Silva (escrava posteriormente alforriada), irmã de criação do padre Rolim. Este era amasiado com uma filha da dita Chica da Silva, com quem teve muitos filhos.³⁶ O coronel Plácido Rolim (irmão do dito padre) tinha uma amante (forra), que de certa forma participou da conjuração pelo menos na fase final ao contribuir para a fuga do companheiro e destruição de documentos.³⁷ O inconfidente Vitoriano Gonçalves Veloso, único pardo diretamente envolvido no movimento e também único punido com açoites, era filho de uma ex-escrava.³⁸ O padre José Lopes de Oliveira era padrinho da filha de uma sua ex-escrava, o que expressava uma relação de compadrio entre eles.³⁹ Estes dados evidenciam a presença da mulher escrava e forra no contexto de articulação do movimento na condição de amante, mãe, irmã e afilhada de inconfidentes.

Outras mulheres forras foram convocadas como testemunhas no processo, como é o caso da parda Josefa Teixeira que vivia de vendas e teria ouvido Manoel da Costa dizer: "estes branquinhos do reino que nos querem tomar nossa terra".⁴⁰ Cumpre lembrar que as vendas eram espaços propícios à divulgação de idéias, algumas delas também prostíbulo e local de encontro de todo tipo de indivíduos. A crioula forra Maria Pinto testemunhou, por ser cozinheira na casa do escrivão da ouvidoria, Joaquim Pedro Caldas, onde "se faziam os ajuntamentos do padre Carlos Toledo, do seu irmão Luís Vaz de Toledo, e do Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes."⁴¹ A ex-escrava do pai de Tomás Antônio Gonzaga, Elena Maria da Silva Gonzaga, crioula de 60 anos, foi argüida sobre as amizades de Gonzaga. Informou que conhecia os frequentadores da casa, Dr. Cláudio Manoel da Costa e os padres Francisco Aguilar Coutinho e José Martins. Disse também que conhecera o coronel Alvarenga e o padre Carlos de Toledo, numa ocasião em que se hospedaram em casa de Gonzaga. Quanto a Tiradentes, só o conhecia de nome, nunca o tendo visto naquela casa. Disse ignorar se Gonzaga levava "ou mandasse para fora de casa, alguns trastes ou papéis; e menos que costumasse guardar estes em outras partes ou escaninhos – que não fossem as gavetas que foram examinadas quando o mesmo foi preso, e que muitas vezes deixava sem maior cautela, como também todos os de casa". Também respondeu que não lhe constava "que o dito passasse algum dia, ou ficasse alguma noite fora de casa em nenhuma ocasião e muito menos nas vésperas em que foi preso". E afirmou que nada mais sabia sobre os costumes do ouvidor, declarando que fora apenas cativa do pai de Gonzaga.⁴² Elena alega não poder dar maiores informações pelo fato de ser uma simples serviçal, condição que não lhe permitia conhecer os hábitos do ouvidor. Entretanto, consta que já vivia em casa dele há pelo menos sete anos; donde se pode concluir que houve a intenção de protegê-lo. Lembramos ainda a participação da preta forra Antônia da Costa (da nação Mina) e assistente no Virassaia, que servia também em casa de Gonzaga. Estando esta em casa do ouvidor (já preso), lá teria chegado um "rebuçado" que alertou sobre a ameaça de prisão que sofriam os

35. ADIM, II, 124.

36. ADIM, II, 287.

37. ADIM, III, 369 / 370 / 375 a 377. É importante lembrar que o concubinato era largamente praticado no período colonial sendo muitas vezes, a única forma da mulher assegurar melhores condições de vida para si e para seus filhos. É ilustrativo o caso da amásia de Cláudio Manoel da Costa, Francisca Arcângela de Sousa, que "tinha excelente sobrado na Rua de São José, logo adiante da residência de Tiradentes". Suas duas filhas naturais, com o dito Cláudio, receberam dotes de casamento tais como, roças, escravos, bens móveis e mesmo roupas necessárias a sua subsistência. ADIM, III, 345 – nota de Tarquínio de Oliveira.

38. ADIM, VII, 339.

39. ADIM, II, 404.

40. ADIM, IV, 213 e 215 / 216, e nota 2.

41. Carta-denúncia anônima (14/10/1789) ADIM, III, 411 / 412.

42. ADIM, II, 490 / 491. Segundo Márcio Jardim, o ouvidor chegou a Vila Rica em 1782, trazendo Elena, "empregada doméstica", ex-escrava de seu pai. op. cit. p. 92.

familiares de Gonzaga. De posse desta informação, Antônia tentando evitar que isto ocorresse tomou a decisão de procurar ajuda indo à casa de José Veríssimo da Fonseca onde se encontrava o assistente de Gonzaga, capitão Luiz Antonio de Freitas.⁴³

Podemos observar que quando se trata da mulher pertencente às classes dominadas, a referência é feita identificando sua posição de classe e sua cor – o que evidencia a discriminação do sistema escravista.

E as mulheres da classe dominante? Qual a sua participação na conspiração enquanto esposas dos inconfidentes? Nos autos duas mulheres se destacam: Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, esposa do coronel e poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto – proprietário de fazendas (pecuária e agricultura), terras minerais e de 132 escravos⁴⁴ – Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, esposa de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Este deixaria a farda em 1781 para se transformar em fazendeiro graças ao dote advindo de seu casamento com Hipólita (de família abastada), “que permitira ao casal possuir os bens, que, oito anos mais tarde lhe foram seqüestrados”.⁴⁵ Não tiveram filhos, mas criaram o filho ilegítimo da irmã de Bárbara Heliodora com o capitão Antonio José Dias Coelho

Bárbara Eliodora (linhagem paulista), “era pessoa de temperamento forte (lutou o quanto pode para salvar seus bens e de seus filhos), embora mais tarde tenha sido levada à demência pelas extremas adversidades pessoais que enfrentou”.⁴⁶ Mostrou firmeza de caráter, quando impediu “que seu marido – vacilante no momento decisivo da conspiração – delatasse seus compaheiros”.⁴⁷ Ainda sobre ela, José J. de Oliveira relata como testemunha, que José Manoel Vieira, mulato e mestre de música da filha da dita Bárbara, a teria ouvido afirmar: “se algum dia este continente fosse governado por nacionais, sem sujeição à Europa, a ela pertencia por antigüidade de paulistas, sendo sua família e sua casa das primeiras”.⁴⁸ Portanto, podemos concluir que Bárbara Eliodora não só tinha conhecimento dos planos dos inconfidentes como também vislumbrava uma posição de destaque com o sucesso da insurreição preservando a sua inserção na classe dominante. Cumpre ainda uma última observação: embora o advogado de defesa de Alvarenga Peixoto tivesse argumentado que ele gastara muito com as despesas dos serviços de mineração, achando-se pobre, onerado indigente, coube a Eliodora a metade dos bens, o que lhe garantiu uma situação bastante segura financeiramente.⁴⁹

A respeito da participação de Hipólita Jacinta consta que ela teria enviado um escravo com uma carta a seu marido que se encontrava em Paraopeba, na qual informava sobre as prisões (ocorridas no Rio de Janeiro) de Tiradentes, Joaquim Silvério dos Reis e outros.⁵⁰ Em outra passagem, Francisco Lopes refugiado em uma senzala com receio de que o prendessem, pediu a sua mulher Hipólita que escrevesse ao Visconde de Barbacena, informando-lhe que ele queria prestar depoimento; ela utiliza o mulato forro e testemunha, José Lopes Ribeiro (filho da preta forra Joana) como mensageiro desta carta, a qual não é entregue pelo fato das pessoas procuradas terem se negado a recebê-la e encaminhá-la ao Visconde. Neste Interim, chegou à casa de Francisco Lopes um meirinho, com mensagem do Ouvidor de São João del Rei intimando-o a apresentar-se à capital tão logo recebesse a intimação. Estando em poder de Hipólita a carta-denúncia de seu marido e “re-

43. ADIM, II, 237 / 238.

44. Jardim, Márcio. op. cit. p. 132. Este é o total de escravos que foram confiscados e não todos os cativos pertencentes a Alvarenga. Sobre seqüestro de seus bens ver ADIM, VI.

45. Idem, p. 148.

46. Idem, p. 136.

47. Idem, p. 136. ADIM, I, 199.

48. Idem, p. 137 – ADIM, I, 171.

49. ADIM, VII, 153 / 154. Com o degredo de Alvarenga para a África, Bárbara escreveu a João Rodrigues de Macedo (18/02/1795) propondo-lhe sociedade para melhor administrar suas lavras e escravos (em torno de trezentos). ADIM, V, 129.

50. ADIM, II, 57.

51. ADIM, IV, 157 / 158. Vale lembrar que Francisco A. de O. Lopes "foi o Inconfidente que mais revelou sobre o movimento nos interrogatórios. Jardim, Márcio. op. cit. p. 148.

52. ADIM, IV, 158.

53. ADIM, III, 412 / 413.

54. ADIM, III, 407.

55. ADIM, IX, 430 / 431.

56. Na carta-denúncia de Valentim Lopes da Cunha e de sua irmã Mônica Antônia do Sacramento, moradores no Rio de Janeiro, consta que numa ocasião em que Tiradentes se referia à conjuração, a dita Mônica o teria repreendido, pedindo-lhe que não falasse sobre tal assunto em sua casa. ADIM, IV, 56.

ceando que aquele papel que ele tinha estado a escrever lhe fosse prejudicial, no qual estava a parte que ele, testemunha dava ao Ilmo. e Ilmo. Visconde de Barbacena, Governador e Capitão General, o queimou".⁵¹ Em seu depoimento Francisco Lopes alegou não ter apresentado por escrito a denúncia da sedição pelo fato de sua mulher tê-la queimado.⁵² Quando do inventário dos bens do casal, Hipólita teria provavelmente subornado o funcionário responsável, o qual recebeu "três vacas paridas sabe Deus pelo que: e ele as manda vir para a chácara do seu meirinho geral". Na mesma ocasião ela os "induziu e persuadiu" a enviar ao Rio de Janeiro o filho do dito meirinho com a finalidade de obter informações sobre a prisão do marido, sugerindo que "com algumas dádivas alcançasse favores – o que poderia conseguir porque 'o dinheiro vence tudo'". Ela lhe certificou que estavam prontos 10 ou 12 mil cruzados".⁵³ Fica evidente que Hipólita soube agir em defesa de seus interesses no sentido de resguardar suas propriedades, embora Tarquínio de Oliveira afirme que por sua "efetiva participação na Inconfidência", foi "punida com o seqüestro total de bens, sem que o Visconde de Barbacena lhe garantisse a meação conjugal, como ocorreu no caso de Bárbara Eliodora".⁵⁴ Entretanto, por seu testamento datado de 1828, podemos constatar que ela era possuidora de muitos bens, como fazendas e lavras, numerosos escravos os quais alforriou e considerável quantia em dinheiro destinado a afilhadas, parentes e administradores. Pediu ao vigário de sua freguesia que distribuisse a quantia de cem oitavas entre "os pobres que ele" julgasse "mais necessitados", mandando rezar 150 missas para o falecido marido, 100 para parentes, 100 para as almas de seus escravos e as demais necessárias para salvação de sua alma.⁵⁵

Os dados não nos permitem avançar muito em nossas conclusões e embora só tenhamos conhecimento da referência e participação de algumas mulheres, podemos aventar a hipótese de que outras (das classes dominantes e dominadas) possam ter tido conhecimento ou divulgado as idéias dos inconfidentes.⁵⁶

No contexto da articulação da Inconfidência Mineira, a atuação das mulheres da classe dominante (escravista) como Bárbara Eliodora e Hipólita Jacinta, foi determinada pela relação afetiva e pela defesa de seus próprios interesses de classe. No caso de Eliodora, podemos dizer que tinha conhecimento da Conjuração e como esposa impediu que seu marido denunciasse os companheiros, assumindo a direção dos negócios (fazendas, lavras e escravos) quando do degredo de Alvarenga; enquanto Hipólita tentou impedir a evidência do comprometimento de Francisco Lopes (queimando a carta-denúncia) e o confisco total de bens (utilizando o suborno), ficando claro que tinha pleno conhecimento da sublevação (quando informou ao marido as prisões ocorridas e quando redigiu mensagens para Francisco Lopes). Ambas, por serem esposas de inconfidentes assim como a concubina (forra) de Plácido Rolim – que queimou documentos comprometedores e o ajudou a fugir – ao defenderem seus maridos e amante, visavam defender também seus próprios interesses na medida em que, confiscados os bens sofreriam diretamente as conseqüências, não sendo contudo, punidas com o degredo. Se não podemos afirmar que todas as mulheres (esposas ou amásias) dos conjurados estiveram a par da sublevação, quando seus maridos ou amantes passaram a ser perseguidos ou presos, elas devem ter lutado de alguma forma para tentar salvá-los.

Já as mulheres escravas e forras que não mantinham relações afetivas (Íntimas) com os inconfidentes, seu comportamento foi dirigido, supostamente, apenas pelas relações de amizade – no caso de Elena e Antônia, serviçais na casa de Tomás Antônio Gonzaga. Evidentemente não descartamos a hipótese de terem sido recompensadas pelo silêncio (nos interrogatórios) ou pelos auxílios prestados em diversos momentos aos inconfidentes (no caso a Gonzaga e seus familiares).

Outras mulheres como as costureiras (Simplicia, Caetana e Ana Maria), a cozinheira (crioula forra Maria Pinto) ou a vendedora (parda forra Josefa Teixeira) foram arroladas no processo como testemunhas que poderiam esclarecer para as autoridades coloniais quais os conjurados que divulgavam idéias contra a ordem colonial. Outras ainda foram citadas por ajudarem os inconfidentes, como Inácia que acobertou Tiradentes embora não soubesse o verdadeiro motivo que o levou a se esconder.

Portanto, se as mulheres não participaram da articulação política da Inconfidência, elas estiveram presentes de alguma forma no desenrolar do processo, e algumas se comprometeram com ele.

É evidente que as questões aqui levantadas não esgotam o tema tratado; constituem, no entanto, o ponto de partida para uma análise que pretenda aprofundar-se no resgate da participação da mulher não só na Inconfidência Mineira, como na própria dinâmica social nas Minas setecentistas.

Finalizando, queremos deixar aqui os nossos agradecimentos à professora Lêda Reis Morais pela inestimável contribuição na revisão deste texto; e ao professor Carlos Magno Guimarães pela cessão de alguns dados aqui trabalhados.

BIBLIOGRAFIA

- AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1976 a 1983.
- BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*, São Paulo, Nacional, 1963.
- CHIAVENATO, José Júlio. *As várias faces da Inconfidência Mineira*, São Paulo, Contexto, 1989.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. "Quitandas e Quitudes": um estudo sobre a rebelião e transgressões femininas numa sociedade colonial. *Caderno Pesquisa*, 54 (1985): 50-60.
- GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e Escrava* uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1988.
- GRAVATÁ, Hélio. "Contribuição Bibliográfica para a História de Minas: Inconfidência Mineira". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 29 (1978) : 15-267.

- GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma Negação da Ordem Escravista: quilombos em Minas Gerais no séc. XVIII*, Belo Horizonte, DCP / UFMG, 1983 (Mimeo).
- IGLÉSIAS, Francisco. "A Inconfidência Redescoberta". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno especial de domingo, 16 de abril de 1989.
- JARDIM, Márcio José da Cunha. *Síntese Factual da Inconfidência Mineira*, Belo Horizonte, Instituto Cultural Codenser, 1988.
- MAXWELL, Keneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão*, São Paulo, Contexto, 1988.
- PRIORE, Mary Del. *A Mulher na História do Brasil*, São Paulo, Contexto, 1988.
- REIS, Liana Maria. Mulheres de Ouro: as negras de tabuleiro nas Minas do Século XVIII. *Revista do Departamento de História*, 8 (1989): 72-85.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Inconfidência Mineira*, São Paulo, Graal, 1983.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*, Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1974, (2 vol.).